

Consignados I
Companhia
Securitizadora de
Créditos
Financeiros

**Informações contábeis
intermediárias para o trimestre
findo em 30
de junho de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias	5
Índice das demonstrações - CVM	7
Balancos Patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias	16

Comentário do Desempenho do 2º Trimestre de 2022

Cenário Atual

A **CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** (“Companhia”) é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2019, contratou a KPMG Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

Comentário do Desempenho (valores em milhares de reais)

Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) debêntures de R\$ 1.000 (um mil reais) em valor nominal, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

Até a data do balanço o saldo em debêntures emitidas apresentou o valor atualizado de R\$ 310.499. Deste total, os créditos adquiridos que compõe a carteira de recebíveis vinculados, a valor presente e líquido de provisões para perdas no recebimento dos créditos e das parcelas em processo de baixa, representaram R\$ 304.441. O montante de R\$ 4.170, mantidos em liquidez, destinam-se à formação de recursos para novas aquisições e amortização das debêntures dentro do seu fluxo de vencimentos.

Apresentamos para apreciação de V.Sas., as informações financeiras desta Companhia, relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2022 com os dados comparativos de exercício social anterior. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Informações complementares à emissão de debêntures e seus ativos vinculados

As informações contidas nessa nota explicativa referente aos trimestre findos em 30 de junho de 2022 e 2021, foram preparadas de forma voluntária pela administração, objetivando apenas fornecer dados do patrimônio em separado sob gestão da securitizadora, a sua divulgação não é requerida pela legislação vigente. Todos os saldos apresentados nessa nota foram submetidos aos

procedimentos de revisão do auditor independente.

Conforme descrito na nota 1 das demonstrações financeiras, a Companhia emitiu debêntures em regime fiduciário, transferindo aos investidores, sem qualquer forma de coobrigação, os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito adquiridos para este fim, os quais constituem a garantia real da emissão.

À luz das normas a respeito de instrumentos financeiros, introduzidas pelo CPC 48, a operação atende às 3 (três) condições para o desconhecimento dos ativos e dos passivos financeiros vinculados à emissão, conforme critério descrito na nota 3.4.1 das demonstrações financeiras:

- (i) A Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados, conforme definido na escritura de debêntures (cláusula 5.6.3 – pagamento condicionado).
- (ii) Pelos termos da escritura das debêntures, é vedada à Companhia a venda do ativo original que se encontra em garantia real da emissão, ou sua oferta em garantia de qualquer operação, (cláusula 5.15), exceto aos próprios debenturistas pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- (iii) A Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma aplicação financeira determinada previamente na escritura de debêntures (cláusula 4.5.3), desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos debenturistas, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade (cláusula 4.5.3.3). Os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos debenturistas.

A despeito do desconhecimento dos ativos e passivos financeiros vinculados à referida emissão de debêntures, e dos resultados a estes associados, a Companhia optou por manter registros contábeis independentes das suas demonstrações financeiras, de modo a permitir ao debenturista acompanhar a evolução dos seus direitos e obrigações assumidos à luz da escritura de emissão de debêntures, os quais apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos fiduciários

	30/06/2022	31/12/2021
Ativo fiduciário	308.797	370.664
Aplicações financeiras	4.170	7.792
Recebíveis de crédito adquiridos	304.441	362.412
Recebíveis de crédito	336.583	386.351
(-) Provisão para devedores duvidosos	(32.142)	(23.939)
Outros ativos	186	460
Total do ativo	308.797	370.664

	30/06/2022	31/12/2021
Passivo fiduciário	<u>308.797</u>	<u>370.664</u>
Obrigações por debêntures emitidas	<u>307.843</u>	<u>369.992</u>
Obrigações por emissão de debêntures	310.499	375.709
(-) Custos da transação	<u>(2.656)</u>	<u>(5.717)</u>
Outras Obrigações	<u>954</u>	<u>672</u>
Valores recebidos antecipadamente	<u>954</u>	<u>672</u>
Total do passivo vinculado	<u>308.797</u>	<u>370.664</u>

Receitas e custos fiduciários

	De 01/01/2022 a 30/06/2022	De 01/01/2021 a 30/06/2021
Receitas dos créditos adquiridos	<u>22.920</u>	<u>51.891</u>
Receita de créditos vinculados adquiridos	22.587	51.475
Receita de aplicações financeiras	<u>333</u>	<u>416</u>
Custos de captação de recursos	<u>(14.561)</u>	<u>(43.534)</u>
Debêntures emitidas	<u>(14.561)</u>	<u>(43.534)</u>
Resultado financeiro líquido da atividade	<u>8.359</u>	<u>8.357</u>
(-) Provisão para devedores duvidosos	(8.203)	(7.457)
Resultado da atividade	<u>156</u>	<u>900</u>
Receitas (despesas) operacionais		
Custos da operação repassados ao emissor	<u>(156)</u>	<u>(900)</u>
Total de (despesas) receitas operacionais	<u>(156)</u>	<u>(900)</u>
Resultado fiduciário	=	<u>=</u>

Caixa e equivalentes de caixa

Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	30/06/2022	31/12/2021
Títulos e valores Mobiliários	4.170	7.792
CDB – Certificados de Depósito Bancário	1.554	1.472
Fundo Soberano FICFI (i)	2.616	6.320
Total	<u>4.170</u>	<u>7.792</u>

- (i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis.

Recebíveis de crédito adquiridos

Estão representados por recebíveis de crédito, sob a forma de empréstimos pessoais concedidos a indivíduos titulares de benefício de aposentadoria ou pensão do Regime Geral de Previdência Social, com amortização mensal mediante desconto direto nos benefícios aos quais os beneficiários tem direito (também denominados como crédito consignado).

Os referidos créditos são adquiridos diretamente de instituição financeira originadora, sem coobrigação e sem direito de regresso, e em regime de vinculação fiduciária às debêntures emitidas no mesmo período, e formam a garantia real da emissão.

As provisões constituídas, no montante de R\$ 32.142, refletem integralmente o saldo devedor de contratos que estão com parcelas vencidas há mais de 180 dias, e são consideradas adequadas às operações vencidas na carteira de recebíveis, e refletem as perdas esperadas nas operações.

Outros ativos

Referem-se a valores de ressarcimentos de custos de originação a serem recebidos no mês subsequente, por conta de antecipação na liquidação de contratos, no montante de R\$ 186 (R\$ 460 em 31/12/2021).

Obrigações por debêntures emitidas

Em 18 de outubro de 2019, em AGE - Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

As emissões, ao valor unitário de R\$ 1 (hum mil reais), ocorre à medida em que ficam disponíveis para cessão os direitos creditórios descritos na nota nº 5 das demonstrações financeiras, os quais ficam fiduciariamente vinculados às debêntures, com os seguintes vencimentos:

	Quantidade Total	Vencimento	Remuneração	Valor Integralizado	Valor em 30/06/2022
Debêntures Primeira Série	1.260.000	15/06/2026	CDI + 2%	156.044	262.669
Debêntures Segunda Série	238.800	15/08/2030	CDI + 10%	28.524	33.270
Debêntures Terceira Série	<u>1.200</u>	<u>15/08/2030</u>	Participativa	<u>1.200</u>	<u>14.560</u>
Total	<u>1.500.000</u>			<u>185.768</u>	<u>310.499</u>

	Quantidade Total	Vencimento	Remuneração	Valor Integralizado	Valor em 31/12/2021
Debêntures Primeira Série	1.260.000	15/06/2026	CDI + 2%	156.044	311.298
Debêntures Segunda Série	238.800	15/08/2030	CDI + 10%	28.524	38.113
Debêntures Terceira Série	<u>1.200</u>	<u>15/08/2030</u>	Participativa	<u>1.200</u>	<u>26.298</u>
Total	<u>1.500.000</u>			<u>185.768</u>	<u>375.709</u>

Os pagamentos de remuneração, amortização e resgate das debêntures, conforme aplicáveis, são mensais no dia 15 de cada mês calendário e iniciam-se 8 (oito) meses contados da Data de Emissão

(carência).

Além dos valores das obrigações assumidas pela emissão das debêntures, a rubrica registra os custos incorridos na estruturação e emissão das debêntures necessárias à atividade social principal da Companhia, os quais são apropriados no prazo de emissão, que representam o montante de R\$ 2.656 (R\$ 5.117 em 31/12/2021) na data do balanço.

Desta forma, o saldo de obrigações por emissão de debêntures está assim demonstrado em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30/06/2022	31/12/2021
Debêntures emitidas	310.499	375.709
Custos de transação	<u>(2.656)</u>	<u>(5.717)</u>
Total	<u>307.843</u>	<u>369.992</u>

Receita de créditos vinculados adquiridos

As receitas são formadas pelo montante de juros apropriados pro-rata sobre cada um dos contratos que compõe a carteira de recebíveis no exercício, tomando-se por base o método de juros efetivos, que corresponde à taxa de retorno (fluxo descontado) obtida no momento de cada aquisição, deduzidos dos custos vinculados à arrecadação dos recebíveis, os quais são suportados pelos fluxos de caixa decorrentes do recebimento dos créditos.

A liquidação antecipada de contratos produz redução nas receitas, por serem descontados à taxa contratual, vis a vis a taxa da cessão, sendo a diferença deduzida das receitas a cada operação de antecipação.

Do mesmo modo, quando a liquidação antecipada decorre de portabilidade do crédito, a Companhia reconhece no resultado por regime de competência os valores dos ressarcimentos dos custos operacionais, em contrapartida ao ativo.

	De 01/01/2022 a 30/06/2022	De 01/01/2021a 30/06/2021
Receitas de juros apropriados no exercício	26.873	50.530
Receita de multa por refinanciamento de contratos	-	10.377
Ressarcimento de custos de origemação	835	2.997
Gestão de recebíveis - terceiros	<u>(5.121)</u>	<u>(12.429)</u>
Total	<u>22.587</u>	<u>51.475</u>

Custos de captação de recursos

Decorrem do reconhecimento das taxas de remuneração, juros e correção monetária, sobre a primeira e segunda séries de debêntures, e da apropriação da remuneração participativa da terceira série, conforme descritos na nota 8 das demonstrações financeiras, acrescidos dos custos de transação que são apropriados no prazo de fluência das emissões.

	De 01/01/2022a 30/06/2022	De 01/01/2021 a 30/06/2021
Despesas com juros e apropriação participativa	(10.929)	(40.338)
Custos de transação	<u>(3.632)</u>	<u>(3.196)</u>
Total	<u>(14.561)</u>	<u>(43.534)</u>

Despesas administrativas

Referem-se aos custos da estrutura de securitização repassados à emissora no exercício, bem como aos custos administrativos suportados pelos fluxos de caixa dos recebíveis objeto de garantia das debêntures emitidas.

	De 01/01/2022 a 30/06/2022	De 01/01/2021 a 30/06/2021
Custos da securitizadora dos recebíveis	-	<u>(754)</u>
Custos de registro CETIP / BOVESPA	<u>(11)</u>	<u>(15)</u>
Repasse de IOF das operações	<u>(145)</u>	<u>(131)</u>
Total	<u>(156)</u>	<u>(900)</u>

Administração,
São Paulo, 30 de junho de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores da
Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias (“Informações Trimestrais – ITR”) da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo daquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade de administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações no valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 027685/O-0 F SP

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	6
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
Demonstração de Valor Adicionado	8

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	5.020	8.825
1.01	Ativo Circulante	5.020	8.825
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.785	8.627
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.785	8.627
1.01.06	Tributos a Recuperar	235	198
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	235	198

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	5.020	8.825
2.01	Passivo Circulante	5.018	8.823
2.01.02	Fornecedores	838	1.002
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	838	1.002
2.01.03	Obrigações Fiscais	11	29
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11	29
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	11	29
2.01.05	Outras Obrigações	4.169	7.792
2.01.05.02	Outros	4.169	7.792
2.01.05.02.05	Obrigações por repasses de recursos de terceiros	4.169	7.792
2.03	Patrimônio Líquido	2	2
2.03.01	Capital Social Realizado	17	17
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15	-15

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	286	506	431	754
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-89	-169	-104	-208
3.03	Resultado Bruto	197	337	327	546
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-197	-337	-327	-546
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-197	-337	-254	-473
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-167	-285	-214	-410
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-30	-52	-40	-63
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-73	-73
3.06.01	Receitas Financeiras	178	333	302	416
3.06.02	Despesas Financeiras	-178	-333	-302	-416

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1	1
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-1	-1

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.623	4.464
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.623	4.464
6.01.02.01	Aplicações de recursos	3.842	5.247
6.01.02.02	Tributos a compensar	-37	-57
6.01.02.04	Outros ativos	0	-46
6.01.02.05	Fornecedores	-164	-687
6.01.02.06	Obrigações fiscais	-18	7
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.623	-4.464
6.03.02	Obrigações por repasses de recursos	-3.623	-4.464

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17	0	0	-15	0	2
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17	0	0	-15	0	2
5.07	Saldos Finais	17	0	0	-15	0	2

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	-15	0	-5
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	-15	0	-5
5.07	Saldos Finais	10	0	0	-15	0	-5

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	506	431
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	506	431
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-454	-391
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-169	-104
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-285	-287
7.03	Valor Adicionado Bruto	52	40
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	52	40
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	333	302
7.06.02	Receitas Financeiras	333	302
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	385	342
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	385	342
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	385	342
7.08.02.01	Federais	385	342

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

(Valores expressos em milhares de Reais exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), foi constituída em 19 de janeiro de 2018 e alterou a razão social em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2019, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Suas acionistas são True One Participações S.A. e Cadência Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objetivo a emissão de instrumento de dívida (debentures) no mercado primário. Essa emissão foi estruturada com lastro em créditos consignados de aposentados públicos do INSS.

Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

Em face da securitização em regime fiduciário, na essência e na forma, sem quaisquer retenções de riscos e benefícios sobre os recebíveis de crédito objeto de garantia real constituídas em favor das debêntures emitidas, a Companhia tendo retido somente os direitos contratuais sobre o recebimento do ativo original, concomitantemente à obrigação assumida do pagamento dos respectivos fluxos de caixa aos debenturistas, procedeu com o desreconhecimento do ativo financeiro vinculado ao passivo da emissão, oferecendo informações complementares às informações financeiras no relatório da administração.

Em decorrência da estruturação da operação, a Companhia não auferirá lucro decorrente de suas atividades.

2 Bases de preparação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis trimestrais da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis trimestrais estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis trimestrais foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 15 de agosto de 2022.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As informações contábeis trimestrais foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As informações contábeis trimestrais são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis trimestrais apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das informações contábeis trimestrais está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das informações contábeis trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas informações contábeis intermediárias efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As informações contábeis trimestrais da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, mas divulgadas em notas explicativas.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC 48 e em conformidade com o IFRS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos exercícios.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- (a) Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- (b) Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- (c) Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o exercício em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.4.2 Passivo Financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:

- O valor da provisão para perdas; e
- O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 Apuração do resultado

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência, assim como os custos e despesas dos serviços prestados que são diretamente relacionadas à prestação dos serviços de securitização, incluindo custos com assistência contábil, jurídica e assessorias.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias, e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.10 Novas normas

Em 02 de maio de 2022 entrou em vigor a Resolução CVM 60/2, com algumas alterações em relação ao conjunto de normas vigentes para as companhias securitizadoras até então, onde as referidas companhias são obrigadas à sua adoção em até 180 dias após a vigência.

A Administração efetuou análise criteriosa do referido normativo e identificou que as questões reguladas de maior impacto na operação das Companhias Securitizadoras possuem caráter administrativo e de governança, sem impactos contábeis, e podem ser divididas em cinco, quais sejam:

- (i) categorias de registro;
- (ii) requisitos para órgãos estatutários;
- (iii) procedimentos de obtenção, suspensão e cancelamento de registro perante a CVM;
- (iv) prestação de serviços; e
- (v) obrigações gerais - incluindo determinações sobre a retenção de saldos das operações.

Após adesão à norma, a Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros passou a adotar a classificação S1 de Securitizadoras o que torna não obrigatória a apresentação das informações contábeis intermediárias.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Nas informações contábeis trimestrais de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa registrado na demonstração dos fluxos de caixa, representa as operações citadas na nota explicativa nº 3.1. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há saldos de caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações financeiras

A Companhia possui recursos provenientes de fluxos de caixa recebidos em operações de securitização, os quais são utilizados conforme a Ordem de Aplicação de Recursos conforme previsto na cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	30/06/2022	31/12/2021
Títulos e Valores Mobiliários		
CDB - Certificados de Depósito Bancário	2.169	1.472
Fundo Soberano FICFI (i)	<u>2.616</u>	<u>7.155</u>
Total	<u>4.785</u>	<u>8.627</u>

- (i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., com disponibilidade imediata de resgate. A variação no saldo da conta decorre do fluxo natural de recebimento dos créditos adquiridos, do fluxo de vencimentos das debêntures a eles associada, e por novas aquisições, conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures, com isso as principais variações registradas nesta conta se referem à pagamentos de despesas correntes das debêntures e também para a retenção de créditos recebidos. O reflexo dessas movimentações impactam as obrigações por repasses de recursos mencionados na nota explicativa nº 7.

6 Tributos a compensar

A Companhia incorreu em retenção de tributos federais quando do resgate de aplicações financeiras, sendo estes passíveis de compensação com outros impostos federais, no montante de R\$ 235 (R\$ 198 em 31/12/2021).

7 Obrigações por repasses de recursos

Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 30 de junho de 2022, as obrigações por repasses de recursos totalizavam R\$ 4.169 (R\$ 7.792 em 31/12/2021).

8 Fornecedores

Refere-se a provisões constituídas para pagamento de serviços com gestão de recebíveis no montante de R\$ 787 (R\$ 930 em 31/12/2021) e outros serviços como auditoria, contabilidade, agente de conciliação e administração para fluxo de debêntures no total de R\$ 51 (R\$ 72 em 31/12/2021).

9 Obrigações fiscais

Refere-se a valores de impostos retidos a recolher, no montante de R\$ 3 (R\$ 5 em 31/12/2021), e contribuições ao PIS e à COFINS próprios a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R\$ 8 (R\$ 24 em 31/12/2021).

10 Obrigações com partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física. Não houve transações com partes relacionadas nos trimestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

11 Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso dos trimestres findos em 30 de junho de

2022 e 2021.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 30 de junho de 2022 é de R\$ 17 (R\$ 17 em 31/12/2021), dividido em 17.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

12.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não houve destinação de dividendos nos trimestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

13 Imposto de renda e contribuição social - Créditos Tributários

A Companhia possui créditos tributários de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4 (R\$ 4 em 31/12/2021), não reconhecidos em seus ativos em 31 de junho de 2022.

14 Resultado operacional líquido de securitização

As receitas são formadas pelo montante de recursos oriundos da operação de securitização, necessários à cobertura dos custos operacionais da Companhia, no montante de R\$ 506 (R\$ 754 em 30/06/2021).

Os custos diretamente ligados à operação de securitização, são assim demonstrados:

	De 01/04/2022 a 30/06/2022	De 01/01/2022 a 30/06/2022	De 01/04/2021 a 30/06/2021	De 01/01/2021 a 30/06/2021
Agente fiduciário	(38)	(78)	(32)	(64)
Taxas CVM e de registro	(16)	(16)	(10)	(14)
Custo de registro CETIP - (i)	(35)	(74)	(61)	(128)
Serviços de terceiros	-	(1)	(1)	(2)
Total	(89)	(169)	(104)	(208)

(i) Houve uma redução com os custos com CETIP devido a queda do volume de títulos custodiados.

15 Despesas administrativas

	De 01/04/2022 a 30/06/2022	De 01/01/2022 a 30/06/2022	De 01/04/2021 a 30/06/2021	De 01/01/2021 a 30/06/2021
Publicações legais	(55)	(55)	-	(18)
Serviços de consultoria – (i)	(80)	(168)	(147)	(282)
Auditoria externa	(32)	(62)	(23)	(46)

Outras despesas administrativas	-	-	(44)	(64)
Total	(167)	(285)	(214)	(410)

- (i) Refere-se, substancialmente, aos serviços com agente de conciliação que está atrelado ao montante dos créditos vinculados. A redução das despesas nesta rubrica estão diretamente relacionadas com a redução no volume de operações ativas.

16 Despesas tributárias

Referem-se às contribuições para o PIS e a COFINS, no montante de R\$ 46 (R\$ 61 em 2021) e outros impostos e contribuições no montante de R\$ 6 (R\$ 2 em 2021).

17 Resultado financeiro

Constituído pelas receitas financeiras de juros e atualização monetária decorrente da aplicação financeira dos recursos descritos na nota 5, no montante de R\$ 333 (R\$ 416 em 2021), deduzidos dos custos de IOF pelo resgate destas operações, não compensáveis, no montante de R\$ 144 (R\$ 131 em 2021), totalizando uma receita financeira de R\$ 188 (R\$ 285 em 2021). A despesa financeira no montante R\$ 188 (R\$ 285 em 2021) é composta pela atualização do passivo financeiro de “obrigações por repasses de recursos”, descrito na nota 7.

18 Resultado por ação

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado do período atribuível aos acionistas	-	-
Quantidade ações ordinárias	17.100	17.100
Resultado por ação - em reais	-	-

19 Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2022 e 30 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

20 Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

As debêntures emitidas, em regime fiduciário, com garantia real dos recebíveis de crédito e com integral transferência de riscos e benefícios, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis de créditos financeiros (notas explicativa nº 5 e nº 8). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes são vinculadas, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação de debêntures não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Natureza	Classificação	Hierarquia	30/06/2022		31/12/2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Aplicações financeiras	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 2	4.785	4.785	8.627	8.627
			<u>4.785</u>	<u>4.785</u>	<u>8.627</u>	<u>8.627</u>
Passivo						
Obrigações por repasses de recursos	Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Nível 2	4.169	4.169	7.792	7.792
Fornecedores e obrigações fiscais	Custo amortizado	Nível 2	849	849	1.031	1.031
			<u>5.018</u>	<u>5.018</u>	<u>8.823</u>	<u>8.823</u>

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a

serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação risco de crédito; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- (a) **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre as debêntures emitidas e os recebíveis de crédito que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.
- (b) **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco.
- (c) **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.
- (d) **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite alocar os resultados, positivos ou negativos, nas debêntures da Terceira Série, por sua característica participativa nos resultados.
- (e) **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e debêntures a eles vinculadas, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização

das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis.

Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelas debêntures emitidas e pelos contratos de recebíveis adquiridos para a formação do lastro vinculado, estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem vinculados entre si, sem o envolvimento do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 20.

Por sua vez, no que se refere às aplicações no Fundo Soberano, no qual está aplicada a liquidez da Companhia, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos.

21 Contingências

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, tampouco possui conhecimento de processos judiciais do qual seja ré.

22 Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas informações contábeis intermediárias apresentadas em 30 de junho de 2022.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações trimestrais de 30 de junho de 2022

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485- X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as informações trimestrais de 30 de junho de 2022

São Paulo, 15 de agosto de 2022.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes referente às informações trimestrais de 30 de junho de 2022

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485- X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes referente às informações trimestrais de 30 de junho de 2022.

São Paulo, 15 de agosto de 2022.